

NOTA DE REPÚDIO À PROPOSTA DO GOVERNO TEMER PARA RETIRAR DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS SOBRE SUAS TERRAS

As organizações e grupos abaixo assinados, em apoio aos povos indígenas do Brasil, manifestam repúdio à minuta de “Proposta de regulamentação da demarcação de terras indígenas” que, somada a outras medidas de retrocessos de direitos constitucionais em diversas áreas sociais, estão sendo impostas pelo atual governo à sociedade brasileira à revelia da lei, de maneira atropelada, autoritária e ilegítima.

Sem qualquer diálogo com o Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI, nem consulta prévia aos povos indígenas, a minuta de decreto, que veio à público pela imprensa no dia 12.12.2016, contraria a legislação vigente e a jurisprudência e impossibilita a resolução dos conflitos atuais, pelos motivos que seguem:

1. **Desrespeita a Constituição Federal Brasileira de 1988 ao ignorar o direito originário que os povos indígenas detêm sobre suas terras e recursos naturais**, ou seja, direito que antecede à constituição do Estado brasileiro, além de tratar direitos fundamentais como objeto de negociação, desconfigurando a noção de usufruto exclusivo e o caráter imprescritível do direito indígena sobre suas terras.
2. **Desrespeita o direito à consulta livre, prévia e informada, garantida pela Convenção 169/OIT** ao preparar um Decreto de extremo impacto sobre os povos indígenas, não apenas sem consultá-los, no apagar das luzes de um ano difícil como o de 2016, numa clara manifestação de má-fé.
3. **Atenta contra direitos constituídos dos povos indígenas, ao reabrir para revisão atos demarcatórios já consolidados, promovendo conflitos em áreas já pacificadas**, ao submeter todas as terras indígenas ainda não registradas em cartório ou SPU a novo período de contestação por quaisquer “interessados”.
4. **Viola os princípios de razoabilidade e eficiência da administração pública** ao submeter todos os processos de demarcação em curso à estaca zero, independente da fase em que se encontrem, para cumprir novas regras sobre o processo demarcatório, criadas para dar espaço a decisões políticas sem respaldo técnico.
5. **Distorce os termos da Declaração da ONU sobre o direito à reparação em casos de inconstitucional remoção dos povos indígenas de suas terras tradicionais**, ao abrir a possibilidade de substituição da efetivação do direito à terra por indenização em dinheiro e ao legitimar e oficializar crimes de esbulho territorial cometidos no passado recente contra as populações indígenas.
6. **Institui tratamento ainda mais desigual aos povos indígenas perante a Justiça**, ao introduzir como regra geral todas as condicionantes definidas especificamente para o julgamento da PET 3388, e aplicar “manifestações individuais de Ministros do STF” para restringir direitos, como se fossem súmulas vinculantes.
7. **Normatiza a inconstitucional aplicação da tese do Marco Temporal** para legitimar situações de esbulhos de terras indígenas, posses ilegítimas, irregulares e ilegais e, conseqüentemente, outras violações de direitos humanos dos povos indígenas.
8. **Transforma a Funai em órgão assistencialista**, ao retirar seu papel de órgão de defesa dos direitos indígenas, colocando-a no papel de instância de legitimação de violações de direitos territoriais ou, quando muito, que contabilizaria danos materiais a serem indenizados.
9. **Atende aos interesses de setores que pressionam pela aniquilação da existência dos povos indígenas enquanto povos autônomos e culturalmente diferenciados**, ao criar instâncias

revisoras no Ministério da Justiça e Cidadania que tendem a reforçar o poder de barganha política sobre os direitos indígenas ultrapassando suas competências legais.

10. **Contraria recomendações ao Brasil da Relatora da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, bem como recente Resolução do Parlamento Europeu** sobre o tema, agravando violações de todos os direitos humanos dos povos indígenas já indicadas nestes documentos.

Pelos motivos expostos, entendemos que a minuta de Decreto revela o propósito do atual governo, no sentido de enterrar as políticas de demarcação de terras indígenas, de regularização fundiária, de reforma agrária e ordenamento territorial do país.

Sem legitimidade ou justificativa para criar novos procedimentos de demarcação, a proposta minutada não oferece soluções para os conflitos existentes, cria novos entraves e aprofunda as violações e violências contra os povos indígenas no país. Parece querer voltar no tempo das inaceitáveis políticas de confinamento territorial e de assimilação cultural, que podem levar ao extermínio sociocultural ou etnocídio dos povos indígenas.

Enfim, trata-se de gravíssima situação de retrocessos no campo dos direitos humanos e dos direitos constitucionais, onde o Estado democrático de Direito é mais uma vez colocado à prova.

Esperamos que a referida proposta seja definitivamente arquivada e que sejam tomadas iniciativas a fim de que se cumpram os direitos fundamentais dos povos indígenas às suas terras tradicionais conforme determina a nossa Carta Magna, demais legislação em vigor e os princípios internacionais de direitos humanos.

Conjuntamente e em apoio a Mobilização Nacional Indígena/APIB, <https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/>, assinam:

Alternativas para Pequena Agricultura no Estado do Tocantins - APA-TO

Amazônia Real Jornalismo Independente

Articulação de Mulheres Brasileiras -AMB

Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais/ADERE-MG

Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil

Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil

Associação Brasileira de Antropologia

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais/ABONG

Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais - AATR

Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária – PR/AMAR

Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida/Apremavi

Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte – PR/APROMAC

Associação de Saúde Ambiental – PR/TOXISPHERA

Associação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIC

Associação Floresta Protegida

Associação Juizes para a Democracia - AJD

Associação Mulheres pela Paz

Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação - ANDHEP

Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente/ANCED

Blog Combate Racismo Ambiental

Cáritas Brasileira

Central Única dos Trabalhadores - CUT Brasil

Centro de Assessoria Multiprofissional/CAMP

Centro de Cultura Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - CECULT/UFRB

Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES

Centro de Documentación en Derechos Humanos “Segundo Montes Mozo S.J.” (CSMM)/ Quito, Ecuador

Centro de Estudo e Ação Social - CEAS

Centro de Estudos Bíblicos/CEBI

Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental - CEPEDIS/ PUC PR

Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena - CPEI/Unicamp

Centro de Trabalho Indigenista - CTI

Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE

Coletivo de Mulheres Transamazônica e Xingu

Coletivo ENTITLE (Rede Europeia de Ecologia Política)

Coletivo Purus

Coletivo Terra Vermelha

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

Comissão Guarani Yvyrupa - CGY

Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPI-SP

Comissão Pró-Índio do Acre

Comité Permanente por la Defensa de los Derechos Humanos (CDH) / Guayaquil, Ecuador

Conectas Direitos Humanos

Conselho Indigenista Missionário/CIMI

Conselho Nacional das Populações Tradicionais/CNS

Conselho Pastoral dos Pescadores /CPP

Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins - COEQTO

Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta - CoobaY

Cosmopolíticas - Núcleo de Antropologia/Universidade Federal Fluminense

Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná

Divisão de Educação Indígena/SEED - RR - Boa Vista - Roraima

Dom da Terra AfroLGBT

ELO Ligação e Organização

FASE

Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus /FOCIMP

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN

FIAN Brasil

Fórum Paranaense de Religiões de Matrizes Africanas - FPRMA

Greenpeace Brasil

Grupo Carta de Belém

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - GESTA-UFMG

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - GESTA-UFMG

Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar - UFPA

Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (GEDMMA/UFMA)

Grupo de Pesquisa em Antropologia Jurídica do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina/GPAJU/UFSC

Grupo de Pesquisa Sociedade, Ambiente e Ação Pública – UFPA

Grupo de Trabalho sobre Ecologia Política do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais - CLACSO

Grupo Moitará de Pesquisas em Direitos Étnicos -Faculdade de Direito/UnB

Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

Índio É Nós

Inesc

Iniciativa das Religiões Unidas/URI/Brasília

International Rivers - Brasil

Instituto Autonomia

Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos - IACOREQ

Instituto de Estudos Jurídicos de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais/Idhes

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais

Instituto Internacional de Educação do Brasil/IEB

Instituto Madeira Vivo e a Aliança dos Rios da Panamazonia

Instituto Pólis

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul/Pacs

Instituto Socioambiental – ISA

Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)

Justiça Global

Koinonia

Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo - LAEPI-CEPPAC/UnB

Laboratório de Inovações Ameríndias (lina), PPGAS, Museu Nacional

Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável do Instituto de Ciências Humanas e Letras/Universidade Federal do Amazonas

Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC

Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (MADER)/UNB

Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável, na Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais - MESPT/UnB

Movimento Camponês Popular/ MCP

Movimento Cultural Arte Manha

Movimento Cultural de Olho na Justiça

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST

Movimento Nacional de Direitos Humanos/ MNDH

Movimento Negro de Altamira

Movimento Nossa Belém/Movimento Cidades Sustentáveis/PA

Movimento pela soberania popular na Mineração - MAM

Movimento Xingu Vivo Para Sempre

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná - MAE

Mutirão Pela Cidadania

Núcleo Curupiras: Colonialidades e Outras Epistemologias (Pernambuco)

Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais da Universidade Federal de Mato Grosso

Núcleo de Cultura Indígena - NCI

Núcleo de Estudos Ameríndios/UFPR

Núcleo de Estudos sobre Etnicidade - NEPE/UFPE

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia da FUP/UnB

Núcleo de Pesquisa Eko: direito, movimentos sociais e natureza da UFPR

Operação Amazônia Nativa /OPAN

Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre/OPIAJBAM/AM

Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Pauini/OPIAJ

Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

Pastoral da Juventude do Meio Popular/PJMP-Brasil

Plataforma DHesca

Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo (PIDHDD Regional)

Programa de Arqueologia e Antropologia (PAA) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/ UFRJ

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Federal de São Carlos

Programa de Pós-Graduação em Antropologia/ Universidade Federal de Minas Gerais

Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Universidade Federal do Paraná

Projeto ALICE - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Promotoras Legais Populares

Red de Observadores de la Consulta Previa en America Latina - RED OBSERVA

Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

Rede de Cooperação Amazônica - RCA

Rede Europeia de Ecologia Política

Rede Faor Rios Livres e sem barragens na Amazônia

Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos/ Regional Minas

Rede Sul-Americana para as Migrações Ambientais - RESAMA

Relatoria de Direitos Humanos e Povos Indígenas

Revista Xapuri

Terra de Direitos

Tucum Brasil

Uma Gota No Oceano

União de Mulheres de São Paulo

União dos Povos Indígenas do Vale do Javari - UNIVAJA